



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

## Teixeira de Freitas - BA

Teixeira de Freitas - BA, quarta-feira, 02 de setembro de 2015, Nº 2276 | Caderno 1

### SUMÁRIO

#### PÁGINA

Aviso de Licitação PP Nº 066/2015 PMTF	1
Processo Administrativo Nº 014/2015	1
Processo Administrativo Nº 017/2015	2
Decreto Nº 078/2015 de 02/09/15	3
Portaria Nº 043/2015 PGM	4
Portaria Nº 09/15 - SEINFRA	5
Portaria Nº 10/15 - SEINFRA	5

**Prefeitura Municipal de  
Teixeira de Freitas**

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015-PMTF

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 15, regulamento pelo Decreto nº 7.892/2013, de 23 de janeiro de 2013, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal 541/2010, será realizado o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015-PMTF, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, no dia **16/09/2015 às 14:00h**, visando futuras e eventuais contratação de sociedade empresarial especializada para aquisição de material e manutenção corretiva no sistema de irradiação da torre de celular no Distrito de (Duque de Caxias), município de Teixeira de Freitas, (BANCO DE BATERIAS/AUT.DE 30 MIN.; REPETIDOR RF DIGITAL BANDA SELETIVA 10W; ESTABILIZADOR E NO-BREAK ELICOIDAL COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, COM AJUSTES TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS). Aos interessados o Edital estará à disposição, junto a COPEL, situado à rua Cosme de Farias, 131

- Centro - Teixeira de Freitas – Bahia, das 08:00h às 12:00 horas. Teixeira de Freitas/BA, 01 de setembro de 2015. Pregoeiro – Wellington Rossini Felix.

### PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 014/2015

**INDICIADA: DANIELA MACHADO MACIEL.**

**Visto, etc...**

**DANIELA MACHADO MACIEL**, qualificada às fls. 02 (dois), foi indiciada por abandono de cargo, nos termos do art. 177º, parágrafo 2º do Estatuto dos Servidores Público de Teixeira de Freitas, Bahia, Lei nº 822/14, havendo sido, por Portaria nº 14 de 17 de abril de 2015, instaurado o competente processo administrativo disciplinar, visando à apuração dos fatos denunciados às fls. 02 (dois), ocorridos desde a data de 31/01/2015 data esta o qual deveria a indiciada ter retornado ao labor após o vencimento de sua Licença Sem Vencimento. A denúncia foi recebida, designou-se abertura do processo de Inquérito. A indiciada foi citada às fls. 07 (sete), tendo inclusive consignado no referido documento que a indiciada não fora encontrada. Com isso, a Comissão Processante através de sua Presidenta, solicitou a citação da Indiciada através de Edital pelo prazo de 15 (quinze) dias (fls.10). Ainda consignado nos Autos, que a Comissão Processante através de sua presidenta solicitou ao Procurador Geral *Dr. Ali Abutrabe Neto*, doc. fls. um defensor dativo para a Indiciada nos termos do art. 177º parágrafo 2º da Lei 822/14, o que foi prontamente deferido, conforme Portaria de nº 41/2015.

### É o relatório.

Na instrução verificou-se que a Indiciada fora citada por todos os meios de comunicação exigidos por Lei, o que vale dizer que a mesma foi citada pessoalmente e através de Publicação de Edital, conforme fls. de nºs (07 e 10). Além do mais foi nomeado



Teixeira de Freitas - BA, quarta-feira, 02 de setembro de 2015, Nº 2276 | Caderno 1

pelo Procurador Geral deste Município um defensor público no qual foi em defesa do Indiciado requereu que fosse o mesmo novamente citado para não afastar a oportunidade de defesa, alegando que dessa forma estava protegido pelo princípio do contraditório. Em relatório a Comissão Processante entendeu desnecessária e sem fundamento o pedido, vez que já fora esgotada todos os meios para tanto. Em síntese, a Indiciada não se apresentou em dia e hora estabelecida, nem justificou sua ausência.

Ante o exposto, e considerando mais o que dos autos consta, julgo procedente a acusação imputada a Indiciada e determino a aplicação da pena de demissão com base no art. 145, inciso II, da Lei Municipal 822/2014.

À vista do presente julgamento determino seja lavrado o competente ato de punição procedendo-se a sua publicação.

Cumpra-se,

Teixeira de Freitas, 28 de agosto de 2015.

João Bosco Bittencourt  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 017/2015**

**INDICIADO: RANIEL SAMPAIO DA SILVA.**

**Visto, etc...**

**RANIEL SAMPAIO DA SILVA**, qualificado às fls. 02 (dois), foi indiciado por abandono de cargo, nos termos do art. 177º, parágrafo 2º do Estatuto dos Servidores Público de Teixeira de Freitas, Bahia, Lei nº 822/14, havendo sido, por Portaria nº 17 de 17 de abril de 2015, instaurado o competente processo administrativo disciplinar, visando à apuração dos fatos denunciados às fls. 02 (dois), ocorridos desde a data de 31/01/2015 data esta o qual deveria o indiciado ter retornado ao labor após o vencimento de sua Licença Sem Vencimento. A denúncia foi recebida, designou-se abertura do processo de Inquérito. O indiciado foi citado às fls. 07

(sete), tendo inclusive consignado no referido documento que o indiciado não fora encontrado. Com isso, a Comissão Processante através de sua Presidenta, solicitou a citação do Indiciado através de Edital pelo prazo de 15 (quinze) dias (fls.10). Ainda consignado nos Autos, que a Comissão Processante através de sua presidenta solicitou ao Procurador Geral *Dr. Ali Abutrabe Neto*, doc. fls. um defensor dativo para a Indiciada nos termos do art. 177º parágrafo 2º da Lei 822/14, o que foi prontamente deferido, conforme Portaria de nº 40/2015.

#### **É o relatório.**

Na instrução verificou-se que o Indiciado fora citado por todos os meios de comunicação exigidos por Lei, o que vale dizer que o mesmo foi citado pessoalmente e através de Publicação de Edital, conforme fls. de nºs (07 e 10). Além do mais foi nomeado pelo Procurador Geral deste Município um defensor público no qual foi em defesa do Indiciado requereu que fosse o mesmo novamente citado para não afastar a oportunidade de defesa, alegando que dessa forma estava protegido pelo princípio do contraditório. Em relatório a Comissão Processante entendeu desnecessária e sem fundamento o pedido, vez que já fora esgotada todos os meios para tanto. Em síntese, o Indiciado não se apresentou em dia e hora estabelecida, nem justificou sua ausência.

Ante o exposto, e considerando mais o que dos autos consta, julgo procedente a acusação imputada ao Indiciado e determino a aplicação da pena de demissão com base no art. 145, inciso II, da Lei Municipal 822/2014.

À vista do presente julgamento determino seja lavrado o competente ato de punição procedendo-se a sua publicação.

Cumpra-se,

Teixeira de Freitas, 28 de agosto de 2015.

João Bosco Bittencourt  
Prefeito Municipal



Teixeira de Freitas - BA, quarta-feira, 02 de setembro de 2015, Nº 2276 | Caderno 1

**DECRETO Nº 078/2015  
DE 02 DE SETEMBRO DE 2015**

Cria a Comissão de Assuntos Tributários – CAT e o Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS**, Estado da Bahia, no uso das suas atribuições conferidas pelo Art. 75, da Lei Orgânica deste Município;

Considerando a necessidade da adoção de medidas que combatam a evasão fiscal, bem como a otimização de ações que priorizem a arrecadação, promovendo a justiça fiscal para com os contribuintes teixeirenses;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica criada a Comissão de Assuntos Tributários - CAT, a qual será responsável pela coordenação e supervisão das ações que envolvam a arrecadação fiscal do Município de Teixeira de Freitas.

**Art. 2º.** A Comissão de Assuntos Tributários – CAT terá 07 (sete) membros, sendo sua composição formada por:

I – Secretário Municipal de Finanças;

II – 05 (cinco) membros da Procuradoria Geral do Município;

III – 01 (um) servidor da Secretaria Municipal de Finanças.

**§1º.** A presidência da Comissão de Assuntos Tributários – CAT será exercida pelo Secretário Municipal de Finanças.

**§2º.** Os integrantes da Comissão de Assuntos Tributários – CAT continuarão nas suas lotações de origem, conciliando suas atribuições com as atividades desta Comissão.

**§3º.** O tempo destinado aos serviços da Comissão de Assuntos Tributários – CAT será computado na jornada de trabalho do cargo de origem.

**Art. 3º.** Os componentes da Comissão de Assuntos Tributários – CAT serão designados pelo Procurador Geral do Município, mediante Portaria.

**Parágrafo único.** A portaria de que trata este artigo será expedida, após o Secretário Municipal de Finanças indicar o servidor de sua Secretaria que comporá a Comissão de que trata este Decreto.

**Art. 4º.** Para auxiliar, administrativamente, os trabalhos da Comissão de Assuntos Tributários – CAT serão designados servidores do quadro administrativo da Secretaria Municipal de Administração, por ato do Secretário Municipal de Administração, bem como fiscais de rendas, por ato do Secretário Municipal de Finanças, para apoio permanente.

**Parágrafo único.** A equipe de apoio administrativo de que trata este artigo atuará em estrita observância às diretrizes emanadas do Presidente da Comissão de Assuntos Tributários - CAT, para o que se referir às questões das ações fiscais a serem implementadas no âmbito do Município de Teixeira de Freitas.

**Art. 5º.** São atribuições da Comissão de Assuntos Tributários – CAT:

I - auxiliar a execução da política tributária do Município;

II - realizar estudos e pesquisas para a prospecção de receitas, bem como adotar providências executivas para a obtenção dos recursos financeiros de origem tributária e outros;

III - supervisionar tecnicamente as atividades do sistema integrado de fiscalização tributária e perícias fiscais;

IV - determinar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias, sem prejuízo das atribuições da Secretaria de Finanças;

V - sugerir ao Secretário Municipal de Finanças, quando necessário, a requisição de serviços técnicos e complementares para realização de perícias contábeis e auditorias;

VI - examinar e emitir parecer ou relatório em processos que lhe sejam submetidos, encaminhando-os ao Procurador Geral do Município;

VII - sugerir a adoção ou alteração de normas, orientações complementares, métodos e técnicas de trabalho, visando a racionalizar,



Teixeira de Freitas - BA, quarta-feira, 02 de setembro de 2015, Nº 2276 | Caderno 1

uniformizar e otimizar a atuação fiscal do Município de Teixeira de Freitas;

VIII - proceder a revisão de documentos que criam, alteram ou extinguem direitos e obrigações Tributárias para com o Fisco Municipal;

IX - padronizar, coordenar a elaboração e examinar minutas de acordos realizados com os contribuintes e acompanhar sua execução;

X - indicar ações prioritárias a serem desempenhadas pelo setor de fiscalização tributária do Município de Teixeira de Freitas;

XI - requisitar ao Departamento de Receitas do Município de Teixeira de Freitas as providências que entender necessárias à consecução de suas atribuições.

XII - auxiliar o setor de cobrança tributária da Procuradoria Geral do Município.

XIII - realizar outras atividades afetas aos assuntos fiscais designadas pelo Prefeito Municipal ou solicitadas pelo Secretário Municipal de Finanças.

**Art. 6º.** Fica criado o Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas que, dentre outras atribuições, é competente para:

I - Promover a execução fiscal e a cobrança administrativa da dívida ativa tributária e não tributária;

II - Realizar acordos para pagamento e para parcelamento dos créditos tributários ou não tributários;

III - Consultar o Secretário Municipal de Administração sobre o interesse em adjudicar os bens penhorados nos processos de execução fiscal;

IV - Proceder o protesto e a inscrição do nome dos contribuintes inadimplentes nos cadastros de proteção ao crédito.

**Art. 7º.** O Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas será composto por membros do quadro da Procuradoria Geral do Município de Teixeira de Freitas, com apoio administrativo, nomeados por ato do Procurador Geral do Município, que indicará o Procurador responsável por sua direção.

**Art. 8º.** A Comissão de Assuntos Tributários – CAT e o Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas serão instalados na sede da Procuradoria Geral do Município, estando vinculados a este Órgão, e terão acesso direto à base de dados dos contribuintes e da dívida ativa do Município de Teixeira de Freitas, para realizar as consultas que entender necessárias.

**§1º.** Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão de Assuntos Tributários - CAT e o Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas trabalharão em articulação com o Departamento de Receitas do Município de Teixeira de Freitas.

**§2º.** O Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas terá funcionamento com expediente equivalente ao da Procuradoria Geral do Município.

**Art. 9º.** Todos os atos necessários à plena execução das atividades da Comissão de Assuntos Tributários – CAT e do Setor de Cobrança da Dívida Ativa do Município de Teixeira de Freitas serão implementados em até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto, devendo a Procuradoria Geral do Município e as Secretarias Municipais de Finanças e de Administração adotarem as providências necessárias.

**Art. 10º.** Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e se cumpra.

Gabinete do Prefeito, em 02 de setembro de 2015.

João Bosco Bittencourt  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 043/2015

**ALI ABUTRABE NETO, Procurador Geral do Município de Teixeira de Freitas – Bahia**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 419/2007 de julho de 2007, pelo presente.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - Designar o Servidor Público **Emmanuel Mendes Ferraz Soares, Matrícula**



Teixeira de Freitas - BA, quarta-feira, 02 de setembro de 2015, Nº 2276 | Caderno 1

**21487**, como Fiscal do **Contrato nº 308/2014 - PMTF**, da Procuradoria Geral do Município, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

**Art. 2º** - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teixeira de Freitas – Bahia, 17 de agosto de 2015.

Ali Abutrabe Neto  
Procurador Geral do Município

#### PORTARIA Nº 09/15 - SEINFRA

“Designa servidor público para exercer a função de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes e dá outras providências.”

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 419/2007 de julho de 2007, pelo presente.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Pública a Sra. Aline Marcelo Carlos, matrícula sob o nº. 11.148, como Fiscal do (s) Contrato (s), da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes, na forma do art.67 da Lei nº 8.666/93.

Nº do Contrato	EMPRESA
150/2015	HOLLUS ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial portaria nº. 08/2015 de 19 de Agosto de 2015.

Registre-se, publique e Cumpra-se.

Teixeira de Freitas/Bahia, 27 de Agosto de 2015.

José Henrique Gonsalves da Cruz  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes

#### PORTARIA Nº 10/15 - SEINFRA

“Designa servidor público para exercer a função de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes e dá outras providências.”

**O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS**, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 419/2007 de julho de 2007, pelo presente.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Público o Sr. BENEDITO DE JESUS BOAMORTE, matrícula sob o nº. 19.287, como Fiscal do (s) Contrato (s), da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes, na forma do art.67 da Lei nº 8.666/93.

Nº do Contrato	EMPRESA
231/2015 - PMTF	LN DE SOUZA & CIA LTDA

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique e Cumpra-se.

Teixeira de Freitas/Bahia, 01 Setembro de 2015.

José Henrique Gonsalves da Cruz  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Transportes